



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**Chamada Pública - 007/2024
Bolsa de Pós-Doutorado PROCAD/CAPES/SENAD
Publicado em: 23/06/2025**

Projeto PROCAD/CAPES/SENAD: Ruas, quilombos, aldeias e fronteiras: o impacto das políticas sobre drogas em mulheres vulnerabilizadas e as estratégias de cuidado

Área de conhecimento dos Projeto: PSICOLOGIA

Data-limite para inscrições: 03/07/2025

Quantidade de vagas: 2

Pesquisadora responsável pelo projeto: Ana Karenina de M. Arraes Amorim

Unidade/Instituição: Programa de Pós-graduação em Psicologia/UFRN

Professoras supervisoras: Profa. Dra. Ana Karenina de Melo Arraes Amorim (UFRN) (vaga 1 - Psicologia) e Profa. Dra. Maria Lúcia Formigoni (UNIFESP) (vaga 2 - Saúde)

Local de desenvolvimento das atividades:

Vaga 1 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (atuação presencial no campus Central e em territórios do RN)

Vaga 2 - Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) (atuação presencial na Baixada Santista)

Programas de Pós-graduação envolvidos:

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPgPsi/UFRN
<https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?id=64>

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOBIOLOGIA -
PPgPsicobiologia/UNIFESP <https://ppg.unifesp.br/psicobiologia/>

E-mail para inscrições: mulheresdrogasprocad2025@gmail.com

Resumo da Oportunidade de Bolsa Pós-doc PROCAD:

A presente chamada tem como finalidade selecionar duas/dois candidatas/os para a bolsa de pós-doutorado, que irão desenvolver atividades relacionadas à obtenção, organização, análise e disseminação de dados e informações produzidas pelo referido projeto (ver no ANEXO I).

O projeto consiste em uma pesquisa multicêntrica envolvendo quatro regiões do país (norte, nordeste, sul e sudeste) para investigar os impactos das políticas sobre drogas nas experiências de mulheres em contexto de consumo e ou tráfico nos territórios das cidades, quilombos, aldeias e fronteiras. Utilizar-se-á de metodologia mista de pesquisa-intervenção qualitativa e participativa, com base na perspectiva ético-política de valorizar e agregar o conhecimento e a experiência dos vários grupos de interesse envolvidos. O projeto se realizará em 4 etapas: 1) estudo documental sobre as Diretrizes Internacionais de Direitos Humanos e Políticas sobre Drogas, com foco nas obrigações relativas às mulheres vulnerabilizadas, à luz da legislação e da realidade brasileira; 2) imersão em campo com realização de rodas de conversa, nas quais serão apresentadas e debatidas as referidas diretrizes e legislações nacionais e internacionais em diálogo com as mulheres em seus contextos de vida; 3) levantamento e sistematização das necessidades e problemas apresentados pelas mulheres nos diferentes grupos (diagnóstico situacional); 4) validação junto às mulheres participantes dos elementos que devem compor as metodologias de cuidado e acesso a direitos que caminhem para a promoção de tais diretrizes; 5) elaboração de material formativo sobre as metodologias levantadas para as redes assistenciais envolvidas nas políticas sobre drogas. Em cada uma dessas etapas, os pesquisadores contarão com a contribuição de um conselho consultivo composto por parceiros internacionais com expertise no campo de saúde mental, drogas e direitos humanos. Com o estudo, pretende-se, a partir de inserções territoriais em cada território e região, ter como resultados: a) diagnóstico do impacto da política sobre drogas junto às mulheres, nos diferentes contextos; b) mapeamento/identificação das estratégias de cuidado disponíveis/desenvolvidas; c) elaboração de diretrizes metodológicas de cuidado e acesso a direitos para mulheres nesses contextos e d) constituição de rede nacional e internacional de pesquisadores para parcerias científicas e políticas em direitos humanos e saúde de mulheres vulnerabilizadas.

Das Vagas

As vagas destinam-se pesquisadoras/es com experiência em pesquisas no campo de Álcool e outras Drogas, que possam contribuir com o projeto em rede multicêntrica da seguinte forma:

O foco do trabalho das/os bolsistas pós-doc será o acompanhamento de todas as etapas do projeto, colaborando para a articulação da rede de pesquisa envolvida. Assim, deseja-se um/a bolsista que possa colaborar na gestão do projeto de pesquisa em rede e, no território do RN, participando das seguintes etapas: 1) estudo documental sobre as Diretrizes Internacionais de Direitos Humanos e Políticas sobre Drogas, com foco nas obrigações relativas às mulheres vulnerabilizadas, à luz da legislação e da realidade brasileira, contribuindo para sistematização dos dados para o desenvolvimento de metodologias e estratégias voltadas à prevenção das violências interseccionais relacionadas às políticas sobre drogas e ao cuidado na política sobre drogas (PNSD) para mulheres quilombolas, indígenas, em situação de ruas e em fronteiras; 2) imersão em campo com realização de rodas de conversa, nas quais serão apresentadas e debatidas as referidas diretrizes e legislações nacionais e internacionais em diálogo com as mulheres em seus contextos de vida; 3) levantamento e sistematização das necessidades e problemas apresentados pelas mulheres nos diferentes grupos (diagnóstico situacional); 4) validação junto às mulheres participantes dos elementos que devem compor as metodologias de cuidado e acesso a direitos que caminhem para a promoção de tais diretrizes; 5) elaboração de material formativo sobre as metodologias levantadas para as redes assistenciais envolvidas nas políticas sobre drogas.

Ao se inscreverem neste processo, as/os candidatas/os afirmam conhecimento das referidas normas do acordo PROCAD/CAPES/SENAD e do edital correspondente (ver edital em <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/procad-capes/procad>) e aceitam as normas desta chamada.

O recebimento da bolsa não configura vínculo empregatício com nenhuma das instituições envolvidas no projeto. A bolsa Pós-doc/PROCAD terá duração de 48 meses.

Será realizada uma primeira etapa da seleção, considerando os documentos enviados digitalmente (listados no item 2 abaixo). Após essa primeira etapa, as pessoas inscritas serão comunicadas sobre o resultado e a data de uma entrevista (on line através da plataforma google meet) que objetiva avaliar se o plano de ação elaborado pela/o candidata/o está de acordo com as necessidades e interesses do projeto em rede.

Informações sobre a bolsa PROCAD:

1. Perfil das/dos candidatas/os

A vaga está aberta a pesquisadores/as que possuam experiência em pesquisas anteriores no campo de drogas e política de drogas, especialmente situadas no campo da saúde mental coletiva e ou no campo dos direitos humanos. A/o candidata/o precisa atender aos seguintes critérios:

- a) ter título de Doutor/a em Psicologia ou áreas afins do conhecimento a saber: Saúde Coletiva, Ciências, Ciências Sociais, Medicina, Saúde e Políticas Públicas, Terapia Ocupacional ou Antropologia;
- b) disponibilizar o Curriculum Lattes atualizado;
- c) dirigir a sua candidatura para tutoria de uma das professoras supervisoras indicadas pelos PPGs envolvidos (PPGPSI/UFRN e (PPGPsicobiologia/UNIFESP);
- d) ter interesse em formar parcerias com docentes dos Programas e/ou em atuar em grupos de pesquisa de docentes ligados ao projeto;
- e) ter dedicação de 40 horas às atividades a serem desenvolvidas no âmbito do Projeto e dos Programas de Pós-graduação;
- f) atuar no contexto acadêmico nacional e/ou internacional (com publicações em veículos bem qualificados, organização e/ou participação em eventos de relevância regional e/ou nacional e/ou internacional em sua área de atuação);
- g) não ser aposentada ou estar em situação equiparada;
- h) se estrangeira, atender ao inciso V do artigo 5º da Portaria CAPES Nº 86, de 03 de julho de 2013;
- i) estar apta a iniciar as atividades relativas ao projeto de estudos apresentado tão logo seja aprovada a sua candidatura pela CAPES;
- j) apresentar Plano de Trabalho, a ser desenvolvido no pós-doutorado, com no máximo de 20 páginas, fonte 12, espaçamento 1,5, contendo: explicitação do interesse no projeto e, de modo mais específico, esclarecer também:
 - vinculação no projeto e em qual PPG;

- inserção na pesquisa, elencando possíveis atividades, incluindo atividades junto ao PPg envolvido;
- produção científica pretendida como resultado do estágio pós-doutoral, ou seja, metas e produtos a serem desenvolvidos durante os meses do estágio pós-doutoral.

Tal plano ainda deve conter as devidas referências bibliográficas e cronograma de atividades para o período de 48 meses a partir do 2o. semestre de 2025, aplicando-se as normas de cada PPG.

* É vedado o acúmulo de recebimento de bolsa com qualquer modalidade de bolsa de outro programa da CAPES, de outra agência de fomento pública, nacional ou internacional, empresa pública ou privada.

2. Os documentos a serem enviados digitalmente são:

- a) Carta de apresentação com motivação para a bolsa, explicando a relação da candidatura com a experiência da candidata (1 lauda);
- b) Plano de Trabalho para a bolsa, conforme exigências do item j, acima;
- b) Documentos Pessoais (RG e CPF), em um único arquivo .PDF;
- c) Foto 3x4 digitalizada;
- d) Diploma de doutorado frente e verso em um único arquivo .PDF;
- e) Currículo atualizado no modelo da plataforma Lattes do CNPq com documentação comprobatória dos últimos 5 anos em um único arquivo .PDF;
- g) Carta de recomendação assinada por professores doutores integrantes de programas de Pós-graduação que o(a) acompanharam em projetos de pesquisa ou outras atividades de ensino e extensão anteriores.

* O/a pesquisador/a selecionado/a receberá Bolsa de Pós-Doutorado da CAPES no valor de R\$5.200,00 mensais, conforme Portaria CAPES nº 282, de 4 de setembro de 2024.

3. Cronograma do processo seletivo

ETAPA	PERÍODO	OBSERVAÇÕES
Inscrições	23/06/2025 a 03/07/2025	exclusivamente por e-mail: secppgpsi@gmail.com
Homologação das inscrições e convocação para entrevistas	04/07/2025	Divulgação através dos sites dos PPgs: PPgPsi/UFRN https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?id=64 PPgPsicobiologia/UNIFESP https://ppg.unifesp.br/psicobiologia/
Período de recursos	04 a 05/07/2025	Envio de recursos exclusivamente através do e-mail: secppgpsi@gmail.com
Realização das Entrevistas on line através de plataforma google meet	07 e 08/07/2025	Link da entrevista será divulgado através dos e-mails dos/as candidatos/as

Divulgação resultado preliminar	09/07/2025	Divulgação através dos sites dos PPgs: PPgPsi/UFRN https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?id=64 PPgPsicobiologia/UNIFESP https://ppg.unifesp.br/psicobiologia/
Período de recursos	10 a 11 /07/2025	Envio de de recursos exclusivamente através do e-mail: secppgpsi@gmail.com
Divulgação resultado final	12/07/2025	Divulgação através dos sites dos PPgs: PPgPsi/UFRN https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?id=64 PPgPsicobiologia/UNIFESP https://ppg.unifesp.br/psicobiologia/

ANEXO I

Programa

PROCAD-DROGAS - Programa de Cooperação Acadêmica de Políticas Públicas sobre Drogas

Título do Projeto			
Ruas, quilombos, aldeias e fronteiras: o impacto das políticas sobre drogas em mulheres vulnerabilizadas e as estratégias de cuidado			
Palavras-chave	Data Início	Data Término	Duração
mulheres; Uso de drogas; Direitos Humanos; Populações Vulneráveis;	11/2024	10/2029	60 meses
Área de Conhecimento			
PSICOLOGIA (PSICOLOGIA)			
Descrição do Projeto			
Pesquisa multicêntrica, participativa e de base extensionista, para investigar o impacto de políticas sobre drogas em mulheres nas ruas, quilombos, aldeias indígenas e fronteiras, em quatro regiões do país, visando produzir relatórios científicos, metodologias de cuidado e formar pesquisadores.			
Eixo Temático			
Impactos das Políticas sobre Drogas entre negros, indígenas, mulheres e outros grupos vulnerabilizados			
Contexto e Justificativa do Projeto			

De acordo com a UNODC (2020), os países pobres e as pessoas mais pobres de todos os países tendem a arcar com desigualdades quanto ao impacto negativo do uso de drogas. As pessoas que usam drogas são expostas a discriminação e enfrentam barreiras no acesso à assistência médica, prevenção e cuidados. Populações de baixa renda e vulneráveis, em cenários com alta prevalência de crimes ligados às drogas ilícitas, assim como aquelas em localização remota, têm dificuldade de acesso a cuidados e a direitos (UNODC, 2023). No atual cenário da política sobre drogas no Brasil, pesquisas mostram que certas populações sofrem impactos negativos, sobretudo relativos às políticas de segurança e repressão ao tráfico de drogas (TELLES, AROUCA, SANTIAGO, 2018), bem como às práticas de cuidado restritivas de liberdade, que ganharam força nos últimos anos, como é o caso das comunidades terapêuticas (FOSSI, GUARESCHI, 2015; COSTA, 2022). As convenções e leis sobre drogas estão em tensão com os direitos humanos, ampliando em impactos negativos, como a violência e a repressão dos mais vulneráveis da população nos países onde foram implementadas, sobretudo na região latino-americana (GARZÓN, POL, 2016). Dentre as populações que mais sofrem impacto negativo ou não acessam direitos de modo efetivo, estão as mulheres negras, indígenas e periféricas, que vivem em territórios e contextos vulneráveis como ruas, quilombos, aldeias e fronteiras (RODRIGUES, VASCONCELOS, 2008; ROSA, BRETAS, 2015; LACERDA, SILVA, 2016; FURTADO; ANDRIOLLI, 2021). Sabe-se que as mulheres dessas populações acumulam vulnerabilidades em função das desigualdades de gênero, patriarcado e machismo que estruturalmente organizam a sociedade brasileira (PASSOS, PEREIRA, 2017; ZANELLO, 2017), o que se chama racismo genderizado (KILOMBA, 2020), expresso em pobreza, analfabetismo, falta de moradia, doenças e trabalho precarizado no espaço urbano (DINIZ, 2020). No caso de mulheres com vidas atravessadas pelo uso e ou tráfico de drogas que vivem em situação de rua (DINIZ, 2020; MARQUES, COUTO, 2020), em comunidades quilombolas ou delas se originam (SILVA & MENESSES, 2016), em terras indígenas (BARBOSA, 2022) ou em territórios de fronteiras (SILVA, CARNEIRO FILHO, PRESSLER, 2019), as vulnerabilidades são ainda mais acentuadas. Considerando a agenda global (Agenda 2030) em seus objetivos de Desenvolvimento Sustentável 3 (Saúde e Bem-Estar) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e as Diretrizes Internacionais sobre Direitos Humanos e Políticas de Drogas, torna-se urgente pensar sobre a situação de direitos dessas mulheres com reorientação de políticas. Considerando esse contexto, justifica-se a proposição deste projeto que procura conhecer a realidade das mulheres nesses cenários, em suas especificidades e elementos comuns, com vistas a produzir políticas sobre drogas sensíveis e coerentes com suas necessidades e contextos socioculturais para o enfrentamento às desigualdades e vulnerabilidades referidas.

Insumos

Estrutura física e instalações: O projeto terá como sede principal o Laboratório de Psicologia (Labpsi), situado no Departamento de Psicologia e no Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPgPsi) do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da UFRN. O Lapsi conta com salas de grupos de pesquisa, salas de aula e reuniões e auditório para pequenos eventos. Os demais PPGs envolvidos também contam com salas para realização de reuniões em grupo e reuniões de trabalho, presencial e à distância. A infraestrutura existente é suficiente para a realização do projeto.

Recursos Humanos: O Labpsi conta com corpo técnico que garante sua manutenção e gestão de espaço. O PPgPsi-UFRN conta com dois secretários e um bolsista de apoio técnico que podem apoiar a realização do projeto, além do apoio dos setores de projetos das Pró-reitorias de Pesquisa e de Pós- graduação. Caso seja necessário, as pró-reitorias se comprometem com o apoio técnico e administrativo para a realização da pesquisa no que se refere à contabilidade, prestação de contas, compras, agendamento de reuniões, realização de eventos vinculados ao projeto, supervisão e manutenção dos equipamentos (computadores, gravadores, câmeras, projetores, etc). Os demais PPGs também contam com ao menos um técnico administrativo em tempo parcial para apoio ao projeto, o que é suficiente para a realização do mesmo.

Equipamentos: O Labpsi/PPgPsi-UFRN conta com equipamentos básicos para apoio a realização das reuniões e eventos (presenciais e à distância) do projeto como computadores, projetores, aparelhos de áudio, vídeo e som. No entanto, há necessidade de alguns equipamentos novos para a realização do projeto, incluindo computadores com processadores mais eficientes, câmeras fotográficas, gravadores de áudio com boa captação em ambiente externo e impressoras. O mesmo se aplica aos demais PPGs participantes.

Serviços: A UFRN conta com serviço de transporte que poderá ceder para deslocamento das pesquisadoras nos campos de pesquisa nos diferentes territórios, bem como conta com uma editora para apoio na elaboração dos materiais formativos e publicações produzidas pela rede de pesquisa a partir do projeto. A UFRN não conta com serviços de tradução para línguas estrangeiras que serão necessários nas reuniões e eventos da rede com os parceiros estrangeiros. No entanto, o projeto, caso aprovado, demandará serviços de tradução e revisão de texto, não disponibilizados pela UFRN, de modo que este precisa ser contratado como serviço de terceiros. Os demais PPGs participantes necessitam de serviços de terceiros esporádicos para transporte, impressão de materiais e serviços de TI para a realização do projeto.

Relevância

O projeto contribuirá com o avanço do campo interdisciplinar de estudos das políticas sobre drogas, ao tomar como referência as Diretrizes Internacionais de Direitos Humanos e as legislações nacionais e internacionais e ao envolver um diagnóstico situacional sobre o impacto dessas políticas nas experiências de mulheres vulnerabilizadas em territórios urbanos, quilombolas, indígenas e de fronteiras, de modo a subsidiar a construção de políticas sobre drogas sensíveis e coerentes com suas realidades, promovendo estratégias de cuidado contextualizadas e baseadas em seus saberes e necessidades e buscando a garantia de direitos humanos. Ainda contribuirá com o avanço técnico-científico em diferentes áreas ao produzir metodologias de pesquisa interseccionalmente coerentes para enfrentamento de

problemas colocados pelas desigualdades sociais vividas por mulheres em territórios pouco estudados.

Problema

No contexto brasileiro, historicamente, as políticas sobre drogas se voltam para duas ordens de questões: as relativas à segurança pública, justificando ações de repressão ao tráfico de drogas pelo Estado; e aquelas voltadas para o cuidado às pessoas com problemas advindos do uso e consumo abusivo ou problemático de drogas em seus efeitos prejudiciais para saúde e vida social. Essas questões têm produzido políticas públicas atravessadas pela denominada “guerra às drogas”, sendo geopoliticamente voltadas para territórios específicos, notadamente os mais vulneráveis, com foco em traficantes e usuários de drogas. O foco das ações repressivas em territórios periféricos incorrem em violências que são voltadas para a população negra (BATISTA, 2018) e orientadas pelo racismo estrutural (ALMEIDA, 2021) que, ao passo que a vitimiza e oprime, também a encarcerá. Como efeito, é a população negra e pobre a maior parte do contingente carcerário brasileiro (SENAPPEN, 2023). As convenções e leis de drogas estão em tensão com os direitos humanos, gerando diversos impactos negativos, multiplicando violências sobre os setores mais vulneráveis da população nos países em que foram implementadas (GARZÓN, POL, 2016). Em escala global, essa lógica pauta-se por uma responsabilização dos países produtores (países pobres da América Latina e Ásia) e se reproduz internamente nos países signatários dessas políticas em que a principal estratégia adotada é a repressão ostensiva de regiões periféricas por forças policiais ao dito mercado varejista e aos pequenos traficantes (BATISTA, 2018). No Brasil, essa lógica conduz a uma realidade brutal com recorrentes chacinas e assassinatos de inocentes pelo Estado, afetando de modo dramático as vidas nos territórios de tráfico, deixando rastros de violências nas ruas, em comunidades de fronteiras, quilombolas e aldeias indígenas. Na vida cotidiana dessas comunidades e territórios, as mulheres vivem com uma carga tripla de trabalho, incluindo o cuidado a familiares, numa realidade degradante que acarreta em impactos emocionais e materiais (ADÃO, 2023). São também as mulheres as principais cuidadoras de usuários das redes socioassistenciais por problemas relacionados ao uso de drogas (MACIEL, 2023), bem como são as mulheres o principal alvo das violências decorrentes do tráfico (SOUZA, NUNES e BARROS, 2020). Ademais, são as mulheres a população carcerária que mais cresce pelos crimes associados ao tráfico de drogas (CORTINA, 2015, DUARTE, 2020). Assim, deduz-se que as mulheres sofrem de diferentes formas os impactos das violências e problemas relacionados às políticas sobre drogas em suas vidas. Diante disso, pergunta-se: que impactos seriam esses nas vidas das mulheres em territórios de rua, quilombos, aldeias indígenas e fronteiras e como elas os experienciam? Que estratégias de cuidado e proteção elas desenvolvem para viver e quais consideram importantes e necessárias para a afirmação de suas vidas e de seus direitos humanos.

Metodologia e discussão teórico-metodológica

Pesquisa multicêntrica de caráter qualitativo, participativo e avaliativo (AKERMAN, FURTADO, 2016), realizada em 2 municípios de cada região (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, incluindo municípios PRONASCI-2), valorizando saberes e experiências territoriais. Envolve quatro etapas: 1) estudo documental sobre Diretrizes Internacionais de Direitos Humanos e Políticas sobre Drogas, com foco em mulheres; 2) estudo de campo com participação observante, rodas de conversa dialogicamente sistematizadas e grupos focais (registrados em diário de campo) com mulheres quilombolas, indígenas, em situação de rua e ou fronteira sobre impactos das políticas sobre drogas, direitos e cuidados; 3) análise temática para diagnóstico situacional e desenvolvimento de estratégias de cuidado e cidadania; 4) elaboração e validação participativa de materiais formativos para as redes assistenciais.

Potencial de impacto, inovação e relevância social

O projeto visa gerar impactos em políticas públicas sobre drogas, contribuindo com a geração de conhecimentos comprometidos com a formação e com as necessidades das pessoas mais vulnerabilizadas, notadamente mulheres, com trocas entre instituições de ensino superior nacionais e internacionais. Tais impactos abrangem seis dimensões articuladas: formativa, científica, política, da saúde, social e comunitária. Serão desenvolvidas inovações metodológicas e em tecnologia social, a serem acompanhadas pelos comitês gestores da pesquisa e conselho consultivo, que zelarão pelo aprimoramento contínuo dos processos e práticas por meio da sugestão de melhorias e da avaliação de riscos. As inovações a serem produzidas são: 1. Do estudo documental sobre as Diretrizes de Direitos Humanos e Políticas sobre Drogas, decorre relatório técnico sobre seu alinhamento com a realidade brasileira, com foco em mulheres; 2. Do diagnóstico do impacto das políticas sobre drogas junto às mulheres nos diferentes contextos e do mapeamento/identificação das estratégias de cuidado disponíveis/desenvolvidas, decorre a elaboração de metodologias de cuidado e acesso a direitos para mulheres em contextos de uso de drogas ou que são afetadas pelo tráfico nos territórios das ruas, quilombos, aldeias e fronteiras, alinhadas às Diretrizes de Direitos Humanos e Políticas sobre Drogas em diferentes regiões brasileiras. 3. Da participação observante de pesquisadores-bolsistas (extensão, mestrado, doutorado, pós-doutorado), decorre o desenvolvimento de curso de formação profissional, em inversão metodológica da observação participante, em que o observador é treinado para se implicar ativamente na busca dos dados, fazendo de sua participação um instrumento de conhecimento. 4. Das narrativas produzidas, analisadas e organizadas a partir de rodas de conversa com mulheres nos diferentes contextos, decorre o desenvolvimento de material didático (cartilhas, cards etc.) para capacitação de profissionais de justiça, segurança pública e de redes assistenciais. 5. Do desenvolvimento dos objetivos do projeto, decorre a elaboração do Relatório Técnico Conclusivo com a compilação detalhada de todos os dados; e Produtos bibliográficos. Ademais, espera-se criar a Rede Internacional de Pesquisas sobre Mulheres, Vulnerabilidades e Saúde Mental, Álcool e Drogas consolidando a cooperação entre Instituições de Ensino Superior das regiões do país envolvidas no projeto para o fortalecimento de políticas sobre drogas alinhadas aos direitos humanos e atenta às necessidades e experiência de mulheres em contextos diversos.

A Rede visa oferecer evidências científicas para aprimorar políticas públicas sobre drogas; estimular intercâmbio com parceiros internacionais; estabelecer trocas entre participantes do projeto, promovendo integração entre academia, órgãos governamentais e sociedade civil; e induzir a construção coletiva de soluções eficazes no enfrentamento dos desafios na área.

Referências

ADÃO, Claudia Rosalina. Territórios de vida: resistências, existências e produção de cuidado por mulheres negras. 2023. Tese (Doutorado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2023. doi:10.11606/T.16.2023.tde-07052024-144328. Acesso em: 2024-07-04.

AKERMAN, M., FURTADO, J. P. (orgs.) Práticas de avaliação em saúde no Brasil: diálogos. Porto Alegre: Rede Unida, 2015.

ALMEIDA, S. L. Racismo estrutural. São Paulo: Ed. Pólen, 2019.

BARBOSA, A. P. Mulheres Indígenas e Violência Doméstica: Um Olhar Criminológico Sobre as Violências Intraétnicas. AdC. Revista de Ciências Jurídico-criminais. V. 16, p. 1-33, Dez. 2022.

BASTA, P. C.; ORELLANA, J. D. Y; ARANTES, R. Perfil epidemiológico dos povos indígenas no Brasil: notas sobre agravos selecionados. In: GARNELO, Luiza (Org.). Saúde Indígena: uma introdução ao tema. Brasília: MEC-SECADI, pp. 60-106, 2012.

BATISTA, V. M. As tragédias dos bairros onde moram. TransVersos: Revista de História. Rio de Janeiro, v. 12, abr., p. 154-167, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/transversos.2018.33656>

BRASIL, Ministro da Saúde, Gabinete do Ministro. Portaria GM no 3088, de 23 de Dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool, e outras drogas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Republicada em 20 de Maio de 2013. Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil [Internet]. 2013 Mai 21 [citada em 2018 Fev 19]; Seção 1. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html.

CALDERON, C. Consumo de pasta básica avanza en menores de pueblos indígenas de la frontera Amazónica. Ojo Público, 2023. <https://ojo-publico.com>

COLLINS, P.H.; BILGE, S. Interseccionalidade. Trad. Rane Souza. 1a. ed. São Paulo: Boitempo; 2021. 287p.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Soc. Estado [Internet]. 2016 [citado em 2021 Mar 11]; 31(1):99-127. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100099&lng=en&nrm=iso

CORTINA, M. O. DE C.. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. Revista Estudos Feministas, v. 23, n. 3, p. 761–778, set. 2015

CRENSHAW, K. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas [Internet]. 1993 [citado em 2021 Mar 11]. Tradução por Carol Correia. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%20%8A-%20%8Aparte-1-4/>

DINIZ, T. M. R. G. Cidades, gênero e raça : a inflexão dos direitos. SANTOS JUNIOR, O. A. dos; DINIZ, T. M. R. de G.; SAULE JUNIOR, N. (org.). Dossiê do desmonte da política urbana federal nos governos Temer e Bolsonaro e seus impactos sobre as cidades: violações de direitos humanos e os riscos de construção de cidades intolerantes, excludentes, injustas e antidemocráticas. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2020.

FOSSI, L. Barcellos; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. O modelo de tratamento das comunidades terapêuticas: práticas confessionais na conformação dos sujeitos. Estudos e Pesquisas em Psicologia, [S. I.], v. 15, n. 1, p. 94–115, 2015. DOI: 10.12957/epp.2015.16062. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/16062> . Acesso em: 1 jul. 2024.

FURTADO, FP, ANDRIOLLI, C. "Mulheres atingidas por megaprojetos em tempos de pandemia: conflitos e resistências." Estudos Sociedade e Agricultura , v. 29, n. 1, pp.66-93, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=599965952006> Acesso em: 1 jul. 2024

HUERTA, P; EBUS, B. Os narcotraficantes mais pobres da cadeia do tráfico de drogas. Amazon Underworld, disponível em: <https://infoamazonia.org>

KILOMBA, G. Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Quotidiano. Tradução Nuno Quintas. 1 ed. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

LACERDA, R. dos S.; SILVA, G. M. da. Reterritorialização, conflitos ambientais e saúde em comunidades quilombolas de sergipe. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. I.], v. 8, n. 18, p. 239–254, 2016. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/50>. Acesso em: 2 jul. 2024

MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência. Horizontes antropológicos [Internet] 2009 [citado em 2018 Fev 19];15(32):129-156. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/538htq>>.

MARQUES, A. L. M., COUTO, M.T. Políticas de drogas no contexto brasileiro: uma análise interseccional da “cracolânci” em São Paulo, Brasil. Salud Colectiva [Internet],

Universidade de Lanus, Argentina, vol. 16 p. 2-17, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/731/73162897029/html/index.html>

MBEMBE, Achille. Brutalismo. São Paulo: n-1 edições, 2021

MELO, F.; OLIVAR, José M. N. O ordinário e o espetáculo no governo da fronteira: normatividades de gênero em Tabatinga. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 34, n. 101, 2019.

PASSOS, Rachel Gouveia; PEREIRA, Melissa de Oliveira. LUTA ANTIMANICOMIAL, FEMINISMOS E INTERSECCIONALIDADES: notas para o debate. In: Luta Antimanicomial e Feminismos: discussões de gênero, raça e classe, Rio de Janeiro: Editora Autografia (selo Francisca Julia), p. 25-51, 2017.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade e Cultura [Internet], 2008 [citado em 2021 Mar 11];11(2):263-74. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5247>

RODRIGUES, F. S., VASCONCELOS, I. S. "Cruzando Fronteiras. Famílias Migrantes na Tríplice Fronteira Brasil –Venezuela – Guiana." REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana , v. 16, n. 31, p..247-256, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=407042009014>

ROSA, A. S., BRÊTAS, A. C. P. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]. v. 19, n. 53, pp. 275-285, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0221>> Acessado em 3 Julho 2024.

ROSSI, M. Nasci numa viagem, no balaio das estrelas. Histórias de mulheres indígenas no Vaupés. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2024.

SENAPPEN. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Ministério da Justiça e da Segurança Pública.Governo Federal. Brasil. Relatório de Informações Penais - RELIPEN. Brasília: primeiro trimestre de 2023.

SILVA, Luzia Bernardes; CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira; PREUSSLER, Gustavo de Souza. O Aumento do Encarceramento Feminino no Mato Grosso do Sul: impactos da crise econômica brasileira e do tráfico de drogas na fronteira. Interfaces Científicas - Humanas e Sociais, [S. I.], v. 8, n. 2, p. 213–226, 2019. DOI: 10.17564/2316-3801.2019v8n2p213-226. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/6174>. Acesso em: 3 jul. 2024.

SILVA, R. A. DA .; MENEZES, J. DE A.. Reflexões sobre o uso de álcool entre jovens quilombolas. Psicologia & Sociedade, v. 28, n. 1, p. 84–93, jan. 2016.

SOUZA, Ingrid Sampaio de; NUNES, Larissa Ferreira; BARROS, João Paulo Pereira. Interseccionalidade, femi-geno-cídio e necropolítica: morte de mulheres nas dinâmicas da violência no Ceará. Rev. psicol. polít., São Paulo , v. 20, n. 48, p. 370-384, ago. 2020 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000200009&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 01 jul. 2024.

SOUZA, M. P. L. Da prevenção de Doenças à promoção de saúde: reflexões a partir da questão do uso de bebidas alcoólicas por populações indígenas. In: GARNELO, Luiza (Org.). Saúde Indígena: uma introdução ao tema. Brasília: MEC-SECADI, pp. 108-126, 2012.

SOUZA, M.L.P., comp. Processos de alcoolização Indígena no Brasil: perspectivas plurais [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, pp. 27-46, 2013.

TELLES, A. C., AROUCA, L., SANTIAGO, L. Do #vidasnasfavelasimportam ao #nóspornós: a juventude periférica no centro do debate sobre política de drogas. Boletim de Análise Político-Institucional, n. 18, Dezembro, 2018

UNODC. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Diretrizes internacionais sobre direitos humanos e política de drogas, 2020. Disponível em: <https://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/hiv-aids/international-guidelines-on-human-rights-and-drug-policy.html>

UNODC. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. World Drug Report 2023 (United Nations publication). Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/world-drug-report-2023.html>

ZANELLO, V. Saúde Mental, Gênero e Interseccionalidades. In: PEREIRA, M. O., PASSOS R. G., (orgs). Luta Antimanicomial e Feminismos: discussões de gênero, raça e classe, Rio de Janeiro: Editora Autografia (selo Francisca Julia), p. 52- 69, 2017.